

DECLARAÇÃO DE VOTO

Votei contra este documento porque o parecer da ERC é ainda mais datado e desastrado do que o próprio Contrato de Concessão do Serviço Público.

Considero que a proposta do Governo condiciona excessivamente o futuro da RTP, sem lhe permitir libertar-se do passado e entrar com outra energia na convergência digital. Embora a deliberação da ERC aborde essa questão como fragilidade estrutural do documento, a verdade é que muitos fragmentos dispersos de comentários críticos seguintes contradizem essa filosofia.

Falta ao documento da ERC alguma transversalidade de análise e sobra uma visão jurídica dos paradoxos históricos da televisão pública.

Acho mesmo que, com este contrato de concessão, a televisão vai vampirizar a rádio. Nestas condições, a Marca RTP não pode aproveitar as sinergias editoriais nem as possíveis economias de escala para se abrir ao mercado. Refiro-me concretamente ao mercado das narrativas transmediáticas que os cidadãos (cada vez mais nómadas, mais livres e mais dispersos) vão exigir.

Votei contra o documento da ERC porque alguns comentários críticos nele contidos refletem uma visão do passado recheada de preconceitos e desconfiança. O documento da ERC parece ainda ter mais medo do futuro do que o contrato de concessão receia para hoje.

Considero que um contrato de concessão devia ter maior modernidade e servir para criar um desafio de qualidade do Serviço Público aos operadores privados nesta fase da globalização.

Votei contra o documento da ERC porque não me revejo no tom. Considero que a ERC usa uma linguagem paternalista e formula reservas tão perigosas como aquelas que tornaram o contrato anterior obsoleto ainda antes do prazo previsto para a sua revisão.

Lisboa, 12 de fevereiro de 2014



Carlos Magno